

Almada

ARQUEOLOGIA | PATRIMÓNIO | HISTÓRIA LOCAL

2.ª série #22 Nov. 2019

dossiê

PATRIMÓNIO CULTURAL PORTUGUÊS

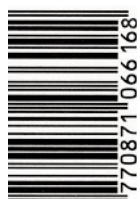
experiências e
modelos de gestão

Um templo romano
junto ao teatro de Felicitas
Iulia Olisipo / Lisboa?

As extraordinárias pedras
dos padres Rodrigues e Brenha

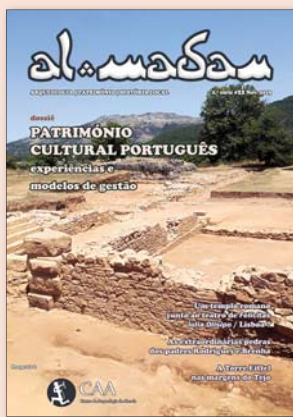
A Torre Eiffel
nas margens do Tejo

Preço: 10 €



CAA

Centro de Arqueologia de Almada



Capa | Jorge Raposo

Na imagem, escavação do fórum da cidade romana de *Ammaia*, situada no actual Município de Marvão, observando-se a porta oeste do edifício, ladeada por *taberna* e escadaria do pórtico. Ao fundo, o *podium* do templo dedicado ao culto imperial.

Fotografia | © Joaquim Carvalho /
Fundação Cidade de Ammaia.

Al-Madana

II Série, n.º 22, Novembro 2019

Proprietário e editor | Centro de Arqueologia de Almada, Apartado 603 EC Pragal, 2801-601 Almada, Portugal
NIPC | 501 073 566

Sede | Travessa Luís Teotónio Pereira, Cova da Piedade, 2805-187 Almada

Telefone | 212 766 975

E-mail | c.arqueo.alm@gmail.com

Internet | www.caa.org.pt/

Publicidade e distribuição | Centro de Arqueologia de Almada

Registo de imprensa | 108998

ISSN | 0871-066X

Depósito Legal | 92457/95

Estatuto editorial | www.almadan.publ.pt

Impressão | Jorge Fernandes Ld.ª, Rua Qrª do Conde de Mascarenhas, 9, 2820-652 Charneca de Caparica

Tiragem | 300 exemplares

Patrocínio | Câmara Municipal de Almada

Parceria | ArqueoHoje - Conservação e Restauro do Património Monumental, Ld.ª, Associação dos Arqueólogos Portugueses e Câmara Municipal de Oeiras

Apoio | Neoépica, Ld.ª

Director | Jorge Raposo
(director.almadan@gmail.com)

Conselho Científico | Amílcar Guerra, António Nabais, Luís Raposo, Carlos Marques da Silva e Carlos Tavares da Silva

Redacção | Centro de Arqueologia de Almada (sede)

Resumos | Jorge Raposo (português), Luisa Pinho (inglês) e Maria Isabel dos Santos (francês)

Modelo gráfico, tratamento de imagem e paginação electrónica | Jorge Raposo

Revisão | Fernanda Lourenço, Vanessa Dias e Sónia Tchissolle

Colunistas | António Manuel S. P. Silva e Victor Mestre

Colaboram neste número | Prapty Alam, Nelson Almeida, José M. Arnaud, Associação dos Arqueólogos Portugueses, Isabel Barata, Hilda Bárbara, João Belo, Jacinta Bugalhão, Guilherme Cardoso, João L. Cardoso, Carlos Carvalho, Joaquim Carvalho, Enrique Cerrillo Cuenca, António Sá Coixão, Patrícia Cordeiro, Mário Correia, Joaquim L. Costa, Jorge da Costa, Luís Costa, Pedro Cura, Sara Cura, Mariana Diniz, Ana L. Duarte, João C. Faria †, Natália Fauvreille, Lídia Fernandes, Cristina Ferreira, Hélder Ferreira, Luís M. Figueira, Catarina V. Gonçalves, Carolina Grilo, Virgílio Lopes, Sofia C. Macedo, Rosário C. Machado, Istiake Manik, Susana Marques, Andrea Martins,

Vasco de Melo, Catarina Mendes, Victor Mestre, Florival B. Monteiro, Sandra Naldinho, Bruno J. Navarro, José L. Neto, Nuno Neto, César Neves, Mª João Neves, Luiz Oosterbeek, Mª de Fátima Palma, Pedro Parreira, Isabella B. de Queiroz, Jorge Raposo, Ana C. Ribeiro, Paulo O. Ramos, António Ponte, Luís Raposo, Paulo Rebelo, Artur A. Sá, Emanuel Sancho, Mª José Santos, Raquel Santos, Luís Sebastian, António M. Silva e Elizabeth Silva

Os conteúdos editoriais da *Al-Madana* não seguem o Acordo Ortográfico de 1990. No entanto, a publicação respeita a vontade dos autores, incluindo nas suas páginas tanto artigos que partilham a opção do editor como aqueles que aplicam o dito Acordo.

Nesta edição, a *Al-Madana* contribui para a apresentação e o debate de diferentes modelos de gestão do Património cultural, que ocupa hoje os especialistas da área e sectores transversais da sociedade portuguesa. Fá-lo através de um dossiê que reúne um conjunto de textos de opinião e de reflexão, nomeadamente nos domínios do Património arqueológico, museológico, arquitectónico, imaterial, geológico e paisagístico. São ainda discutidas tendências, conceitos e paradigmas da gestão pública e privada do Património, bem como o papel desempenhado pelas estruturas associativas e outras formas de organização da sociedade civil. Por fim, promove-se o balanço e a análise prospectiva de experiências como a do Parque Arqueológico do Vale do Côa / Museu do Côa, da *Rota do Românico* e da *Rota do Fresco*. Completam o dossiê textos breves que abordam outras soluções de gestão patrimonial, aqui tratadas como estudos de caso.

Mas há outros motivos de interesse nas páginas seguintes.

No espaço reservado aos cronistas habituais, retoma-se o tema candente da gestão dos espólios arqueológicos, a propósito da discussão alargada de uma proposta de “*recomendações de boas práticas*” promovida pela DGPC e por outras instituições. Noutro plano, são tratados os conceitos de “*tempo da memória*” e de “*memória do tempo*”, para constatar que a sua desarticulação dificulta a recriação das identidades tradicionais nas sociedades contemporâneas.

Dois artigos dão-nos conta da eventual identificação de um templo na proximidade do teatro romano de *Felicitas Iulia Olisipo* (Lisboa), e da escavação de uma extensa unidade de produção de cal que, provavelmente, alimentou o crescimento urbano de *Pax Iulia* (Beja), enquanto um terceiro apresenta alguns resultados de um projecto dedicado à Arqueologia subaquática no arquipélago de Cabo Verde. A reactivação das preocupações quanto à investigação e salvaguarda das necrópoles megalíticas da Serra do Alvão, em Vila Pouca de Aguiar, justifica um novo olhar sobre as “*extraordinárias*” descobertas publicitadas pelos padres Rodrigues e Brenha no início do século XX.

Em paralelo, o papel de Manuel Vieira Natividade (1860-1918) na Arqueologia portuguesa e, em particular, na região de Alcobça, é evocado por ocasião do centenário da sua morte, ao mesmo tempo que se dá conta de projecto para erguer em Lisboa uma imponente construção inspirada na Torre Eiffel, intenção que, paradoxalmente, só viria a ser concretizada, e de forma bem mais modesta, na *Festa dos Tabuleiros* que animou Tomar em 1914.

Resta referir um diversificado noticiário arqueológico e espaços que destacam eventos científicos em agenda e novidades editoriais.

Como sempre, votos de boas leituras!..

Jorge Raposo

RESUMO

Evocação do arqueólogo, etnógrafo e historiador Manuel Vieira Natividade (1860-1918) e do seu papel pioneiro na Arqueologia da região de Alcobça, a propósito do centenário do seu falecimento. O autor analisa documentação inédita, nomeadamente o conteúdo de um projecto de estatutos da *Sociedade Arqueologica Alcobacense* e diversa correspondência trocada entre Natividade e José Leite de Vasconcelos, então director do Museu Etnológico, hoje Museu Nacional de Arqueologia, em Lisboa.

PALAVRAS CHAVE: História da Arqueologia portuguesa; Manuel Vieira Natividade (1860-1918); José Leite de Vasconcelos (1858-1941); Análise documental.

ABSTRACT

On the centennial of Manuel Vieira Natividade's death (1860-1918), the author evokes this archaeologist, ethnographer and historian and his pioneering role in the Archaeology of the Alcobça region. He analyses so far undisclosed documents, namely a project of statutes for the *Sociedade Arqueologica Alcobacense* (Alcobça's Archaeological Society) and the correspondence exchanged between Natividade and José Leite de Vasconcelos, who was at the time the director of the *Museu Etnológico* (Ethnology Museum), nowadays National Museum of Archaeology, in Lisbon.

KEY WORDS: History of Portuguese Archaeology; Manuel Vieira Natividade (1860-1918); José Leite de Vasconcelos (1858-1941); Document analysis.

RÉSUMÉ

Evocation de l'archéologue, ethnographe et historien Manuel Vieira Natividade (1860-1918) et de son rôle pionnier dans l'Archéologie de la région de Alcobça, en lien avec le centenaire de son décès. L'auteur analyse une documentation inédite, nommément le texte d'un projet de statuts pour la *Sociedade Arqueologica Alcobacense*, et une correspondance variée échangée entre Natividade et José Leite de Vasconcelos, alors directeur du *Museu Etnológico*, aujourd'hui Musée National d'Archéologie, à Lisboa.

MOTS CLÉS: Histoire de l'Archéologie portugaise; Manuel Vieira Natividade (1860-1918); José Leite de Vasconcelos (1858-1941); Analyse documentaire.

Manuel Vieira Natividade (1860-1918) e a Arqueologia de Alcobça

no centenário do seu falecimento

João Luís Cardoso¹

1. O ARQUEÓLOGO, ETNÓGRAFO, HISTORIADOR, AGRICULTOR E EMPRESÁRIO

Manuel Vieira Natividade (1860-1918) (Fig. 1) foi um ilustre alcobacense que, para além da Arqueologia, cultivou outras áreas do conhecimento. Motivado pela proximidade do mosteiro de Alcobça, fonte inesgotável de inspiração, deixou-se seduzir pela notável história daquele monumento, produzindo obras de vulto; da mesma forma, a úber terra alcobacense está na origem da sua faceta de produtor agrícola e fruticultor, devendo-se-lhe diversos estudos nesses domínios; como amante dos frutos, das flores e das árvores, e não como simples produtor dos mesmos, homenageou-os em inesperadas obras que bem evidenciam a sua imaginação e sensibilidade, enquanto, de forma mais prosaica, dirigia a instalação de importante fábrica de conservas de frutas e compotas.

O sucesso desta empresa é atestado em algumas das missivas dirigidas a José Leite de Vasconcelos, que possuem a vinheta daquela importante unidade industrial alcobacense (Fig. 2). Tratava-se da empresa "Natividade & C.^a", fornecedora da Casa Real, dedicada à produção de conserva de frutas, compotas, geleias e marmeladas, cujo prestígio e qualidade era atestado pela Medalha de Prata da Exposição de Paris, de 1900, e do Porto, de 1892, ocupando amplo espaço, entre os n.ºs 13 e 21, no Rocio da vila.

Diplomado em Farmácia pela Universidade de Coimbra, foi proprietário de uma farmácia existente na vila, inaugurada em 1886, estatuto que lhe permitiu contactar de perto as populações rurais da sua região, as quais, conjuntamente com as que diariamente trabalhavam no complexo agro-alimentar que dirigia, proporcionaram relevante manancial de informação, originando importantes estudos etnográficos.

¹ Universidade Aberta (Lisboa); Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras (Câmara Municipal de Oeiras); ICArEHB (Universidade do Algarve).

Por opção do autor, o texto não segue as regras do Acordo Ortográfico de 1990.



Gruta do Cabeço da Ministra
Carvalhal de Aljubarrota.

Manuel Vieira Natividade

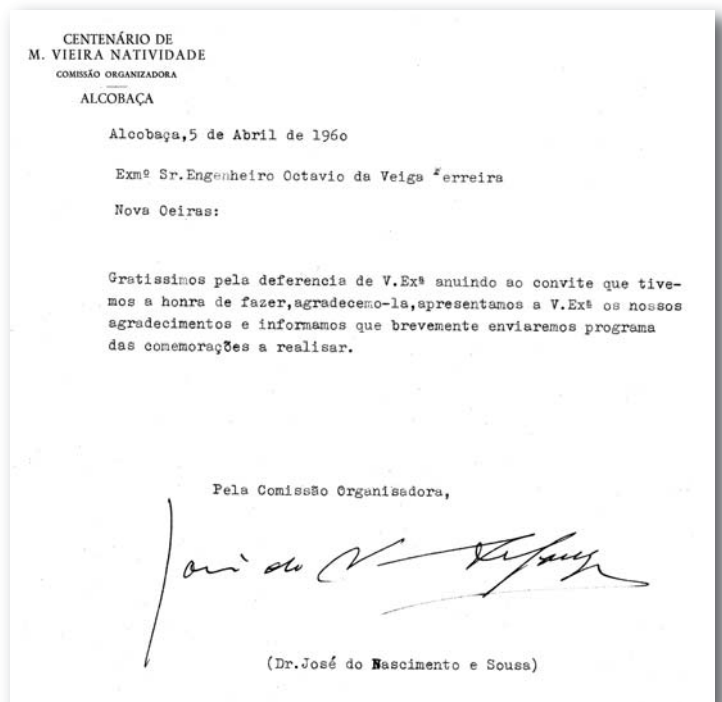
Tratando-se de personalidade de expressão regional e nacional, as homenagens de que já foi alvo, sobretudo por parte dos seus conterrâneos, são compreensíveis e só se estranham por não terem conhecido uma projecção mais alargada, claramente justificada pela obra legada aos vindouros e pelo amor dedicado a Alcobça e à sua Família. Bastaria ter em consideração a dedicatória da obra relativa às suas explorações arqueológicas, a que deu o título *Grutas de Alcobça*, que constitui separata do estudo publicado na revista *Portugalia* (NATIVIDADE, 1901): “*A meus Filhos Este pequeno e despretenhoso livro desejaria eu que fosse, no futuro, o prologo de um bom livro onde vós expozesseis as vossas descobertas e documentásseis o vosso amor pelo estudo. // É este o mais ardente desejo de vosso // Pae.*”

O centenário do seu nascimento, verificado em 1960, foi assinalado em Alcobça por iniciativa cívica a cargo de uma comissão organizadora que teve no filho ainda vivo, Joaquim Vieira Natividade, ilustre Catedrático do Instituto Superior de Agronomia, o seu mais sólido apoio. Foram então endereçados convites a diversas personalidades (Fig. 3), de que resultaram várias intervenções na sessão pública realizada no Cine-Teatro de Alcobça, no dia 24 de Abril de 1960, algumas delas depois publicadas. Outras duas iniciativas então concretizadas foram a inauguração de uma exposição arqueológica organizada em Alcobça, a 4 de Abril daquele mesmo ano (PAÇO, 1967: 89), e a edição de alguns textos inéditos do homenageado, compilados por aquele seu ilustre filho, que comprovadamente esteve à altura das expectativas nele depositadas por seu Pai (NATIVIDADE, 1960).



FIGS. 1 A 3 – À esquerda, Manuel Vieira Natividade, fotografado à entrada da gruta do Cabeço da Ministra (segundo NATIVIDADE, 1960), e vinheta da casa comercial de Manuel Vieira Natividade, reproduzida do bilhete-postal com data do correio de Alcobça de 20 de Março de 1910, remetido a José Leita de Vasconcelos.

Em baixo, convite endereçado a O. da Veiga Ferreira pela Comissão Organizadora das Comemorações do Centenário de M. Vieira Natividade, em 1960 (arquivo JLC / OVF).



Por seu turno, o centenário do seu falecimento, ocorrido em 2018, também não passou despercebido, devendo-se a movimento cívico alcobacense a comemoração da efeméride, com a reimpressão da sua obra arqueológica mais conhecida. Com efeito, a memória de Manuel Vieira Natividade continua viva entre todos aqueles que pugnam pela defesa do Património cultural alcobacense, tomando como exemplo inspirador a figura deste pioneiro que, no final do século XIX, estudou de forma integrada o rico acervo cultural da sua região. Disso é prova a monografia editada em 2015, contributo interessante para o conhecimento da vida e das obras de Manuel Vieira Natividade (MARTINHO, 2015), a qual, porém se encontra longe de esgotar a análise da sua contribuição no tocante à Arqueologia. Assim sendo, considerou-se que teria interesse a abordagem de aspectos ainda desconhecidos

dos ou pouco conhecidos da actividade de Manuel Vieira Natividade naquele âmbito, a partir de documentação inédita, por ocasião do centenário do seu passamento, em preito de homenagem à sua memória.

2. MANUEL VIEIRA NATIVIDADE, A SOCIEDADE ARCHEOLOGICA ALCOBACENSE E JOSÉ LEITE DE VASCONCELOS

Pretendendo-se aprofundar o conhecimento da acção de Manuel Vieira Natividade no domínio da Arqueologia alcobacense, deu-se prioridade ao estudo de documentação inédita. Neste domínio, e sem prejuízo do acesso e estudo a documentação do acervo epistolográfico do ilustre alcobacense, o qual importa ser devidamente investigado logo que tal seja possível, avultam os *Estatutos da Sociedade Archeologica Alcobacense*, fundada por escritura pública a 8 de Junho de 1889, em Alcobça. Trata-se de documento que, embora já mencionado na bibliografia (MARTINHO, 2015), se manteve até agora inédito [ver caixa, p. 145].

Por forma a situar tal documento na sua época, considerou-se importante a análise da correspondência remetida pelo arqueólogo alcobacense a José Leite de Vasconcelos, igualmente inédita, a qual se conserva no Arquivo do Museu Nacional de Arqueologia. Assim se procurou colmatar a falta de informação escrita (designadamente correspondência, ou outros quaisquer documentos) susceptível de contribuir para o conhecimento da forma como Manuel Vieira Natividade se relacionou com os conterrâneos do seu tempo, designadamente com aqueles que mais de perto o acompanharam. Conforme informou a Dr.^a Isabel Costeira, que para o efeito foi consultada, não figura entre o espólio de Manuel Vieira Natividade conservado em Alcobça qualquer documento relacionado com os subscritores dos *Estatutos da Sociedade Archeologica Alcobacense*, a seguir estudados.

2.1. OS ESTATUTOS DA SOCIEDADE ARCHEOLOGICA ALCOBACENSE

Trata-se de documento escrito em seis folhas de papel selado e pautado de 30 linhas, ostentando selo branco circundado por moldura oval com as palavras *Imposto do Sello* e em baixo *80 Reis* (Fig. 4).

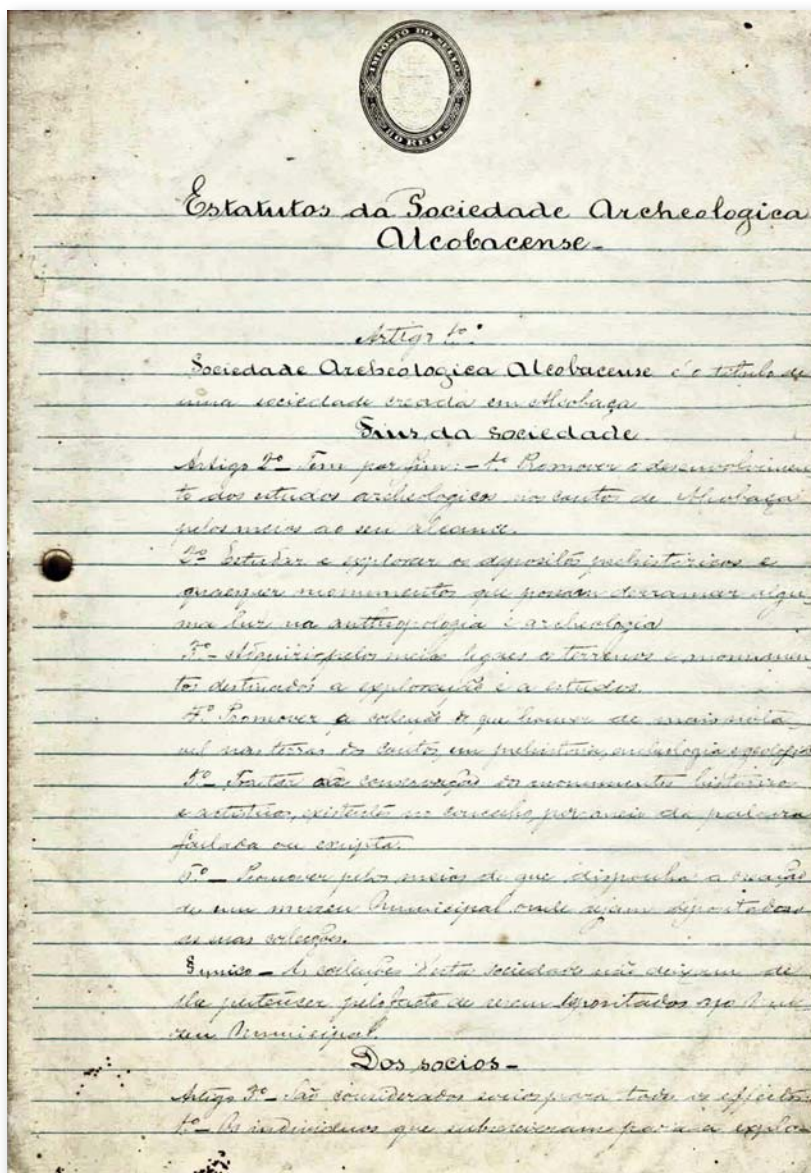


FIG. 4 – Primeira página da minuta conservada dos *Estatutos da Sociedade Archeologica Alcobacense*, datados de 8 de Junho de 1889. Direcção-Geral do Património Cultural, Mosteiro de Alcobça, Fundo Documental Casa Museu Vieira Natividade, Inventário NAT 0541.

A decisão de constituir, em Alcobça, uma Sociedade Arqueológica é reveladora do prestígio granjeado pela actividade no domínio da Arqueologia desenvolvida por Manuel Vieira Natividade entre os conterrâneos do seu tempo, agregados em tertúlia por si animada. Por certo, as peças recuperadas em prospecções e explorações arqueológicas efectuadas em diversas localidades do concelho, no decurso de trabalhos de campo mais ou menos continuados e nos quais alguns dos seus amigos também participaram, terão contribuído para tal situação, a que não é alheia a maneira de ser afectuosa e sociável de Manuel Vieira Natividade. Tal explica a oferta de espólios arqueológicos ocasionalmente encontrados por colaboradores e amigos, cujo nome teve sempre o cuidado de registar e de agradecer (NATIVIDADE, 1901).

Estatutos da Sociedade Archeologica Alcobacense

Artigo 1.º - Sociedade Archeologica Alcobacense é o titulo de uma sociedade creada em Alcobaça.

Fins da Sociedade

Artigo 2.º - Tem por fim:

- 1.º Promover o desenvolvimento dos estudos archeologicos nos coutos de Alcobaça pelos meios ao seu alcance.
 - 2.º Estudar e explorar os depositos prehistoricos e quaesquer monumentos que possam derramar alguma luz na anthropologia e archeologia.
 - 3.º Adquirir pelos meios legais os terrenos e monumentos destinados a exploração e a estudos.
 - 4.º Promover a collecção do que houver de mais notavel nas terras dos coutos em prehistoria, archeologia e geologia.
 - 5.º Tractar da conservação dos monumentos historicos e artisticos, existentes no concelho, por meio da palavra falada ou escripta.
 - 6.º Promover pelos meios de que disponha a criação de um museu Municipal onde sejam depositadas as suas collecções.
- § unico – As collecções d'esta Sociedade não deixam de lhe pertencer pelo facto de serem depositadas no Museu Municipal.

Dos sócios

Artigo 3.º - São considerados socios para todos os efeitos - 1.º - Os individuos que subscreveram para a exploração das habitações prehistoricas do Carvalhal. 2.º - Os que queirão subscrever para este genero de trabalhos. 3.º - Os que pellos seus trabalhos archeologicos a Sociedade julgar seu dever nomear. Estes são os correspondentes.

Deveres dos socios

Artigo 4.º - O socio é obrigado - 1.º - a comparecer nas sessões para que seja convocado. 2.º - deliberar sobre qualquer assumpto que lhe seja proposto n'essas reuniões. 3.º - Prestar o seu concurso ao desenvolvimento da Sociedade. 4.º - Aceitar os cargos para que for eleito pela Assembleia Geral ou pela Direcção. 5.º - Pagar a quota que lhe seja arbitrada no disposto no artigo 18.º, exceptuando o do nº. 3 do artigo 3.º.

Direitos dos socios

Artigo 5.º - A qualquer socio assiste o direito: 1.º - de frequentar as salas do museu, só ou com sua família, e analysar as collecções actualmente pertencentes á sociedade. 2.º - Fazer, mostrar as

collecções a qualquer individuo extranho ao Concelho. 3.º - Convocar a assembleia, com annuencia da direcção para apresentar qualquer trabalho ou memoria que tenha relação com os fins da Sociedade.

Direcção

Artigo 6.º - A direcção d'esta sociedade será confiada a quatro membros: Presidente, Secretario, Thesoureiro e Conservador, e as suas deliberações serão tomadas por maioria, e as suas funções durarão por espaço de um ano.

Artigo 7.º - Compete ao Presidente:

- 1.º - Representar a sociedade em todos os seus actos. 2.º - Presidir ás sessões da direcção. 3.º - Assignar os diplomas conferidos aos socios.

Artigo 8.º - Compete ao Secretario: Fazer a correspondencia official e assignar os diplomas.

Artigo 9.º - Compete ao Thesoureiro:

- 1.º - arrecadar qualquer donativo pecuniario, pagar as contas autorizadas pelo presidente e assignar os diplomas.

Artigo 10.º - Compete ao Conservador:

- 1.º - Classificar os objectos que formem as collecções do Museu. 2.º - Ter completa a inscripção de cada objecto ou grupo de objectos no livro de registo ou catalogo, com as notas explicativas minuciosa e claramente escriptas e de de [sic] forma que não deixe duvidas, tendo em conta e em primeiro logar as condições do achado ou proveniencia do objecto. 3.º - Conservar escrupulosamente as collecções do Museu. 4.º - Assignar os diplomas.

Artigo 11.º - O conservador não poderá recusar-se a mostrar o Museu, nem a dar as explicações pedidas a qualquer individuo n'isso mostre vontade.

Artigo 12.º - O conservador é o unico responsavel pelas collecções e objectos expostos no Museu.

Artigo 13.º - O logar de conservador do Museu, ou elle pertença á sociedade, ou seja Municipal, será exercido gratuitamente por um dos membros da sociedade, eleito por ella, e no segundo caso confirmado pela Camara. Em qualquer dos casos vigora o artigo antecedente.

Assembleia Geral

Artigo 14.º - A Assembleia Geral reunirá todas as vezes que fôr convocada pelo seu presidente ou a requerimento de qualquer socio. As suas disposições serão tomadas por maioria.

Artigo 15.º - A mesa da Assembleia Geral será formada por um Presidente e dois Secretarios eleitos annualmente.

Artigo 16.º - Compete á Assembleia Geral approvar o relatorio dos trabalhos annuaes, as contas, proceder a eleições dos corpos gerentes e resolver sobre qualquer assumpto que lhe seja apresentado pela direcção ou por qualquer socio.

Eleições

Artigo 17.º - As eleições para os diversos cargos serão feitas por escrutinio secreto em Assembleia Geral, convocada com antecedência de oito dias.

Disposições geraes

Artigo 18.º - Se as circunstâncias mostrarem a conveniencia de se arbitrar aos socios uma quota qualquer para se praticar a exploração de depositos prehistoricos ou compra de terrenos ou monumentos destinados a exploração ou a estudo, compete á Assembleia geral deliberar sobre tal assumpto.

Artigo 19.º - Qualquer individuo socio ou não socio poderá depositar no Museu qualquer objecto temporariamente, sendo-lhe passado o respectivo recibo pelo Conservador.

Artigo 20.º - Em todos os casos não previstos a estes Estatutos, seguir-se-ha a praxe estabelecida em associações de igual natureza.

Alcobaça, 8 de Junho de 1889

Assinatura ilegível // António Coelho da Silva // Bartolomeu José Martins // António Leitão ??? // Estevão Rodrigues d'Oliveira // Augusto Pereira d'Araujo Roza // Joaquim de Souza Abreu // Abel Vaz // Gomes Bravo // José Henriques Villa Nova // Manuel Ribeiro ??? // Manuel Francisco Varella // José Ferreira Caiado // Antonio Joaquim Marques ??? // Francisco ??? Ribeiro // Raphael ??? ??? // Assinatura ilegível // Manoel José de Souza Oliveira // Manuel Pereira da Cruz // José Pereira ??? ??? // José Narcizo da Costa // António Luis ??? Pinto // Bernardino Lopes d'Oliveira // Francisco Baptista Zagallo // Agostinho ??? Jorge // Joaquim Silvério Raposo // Olympio da Trindade Jorge // José Eduardo ??? // Alfredo ??? // José António d'Almeida

◀ 144... Uma primeira sistematização daqueles resultados, obtidos antes dos 30 anos de idade, foi apresentada no *Roteiro Arqueológico dos Coutos de Alcobça*, opúsculo de 19 páginas publicado logo no ano seguinte ao da constituição da Sociedade (NATIVIDADE, 1890). É interessante verificar que a tipografia onde esta obra foi impressa pertencia a António Coelho da Silva, futuro subscritor dos estatutos da Sociedade.

Por outro lado, a visibilidade internacional que por essa altura conheceu o labor arqueológico do nosso homenageado terá por certo contribuído para o acréscimo de empenho com que a plêiade de burgueses alcobacenses abraçaram esta iniciativa. Com efeito, Joaquim Filipe Nery Delgado, ilustre geólogo e arqueólogo, havia apresentado naquele mesmo ano de 1889, à X Sessão do Congresso Internacional de Antropologia e de Arqueologia Pré-Históricas, reunido em Paris, uma síntese das investigações arqueológicas de Manuel Vieira Natividade, que deste modo ganharam grande projecção internacional (DELGADO, 1891), apesar de a comunicação não ter sido acompanhada de ilustrações, realidade que também se verifica na sua publicação ulterior em Portugal (DELGADO, 1900-1901).

Porém, bastaria a divulgação das investigações arqueológicas do ilustre alcobacense ao mais alto nível – as quais já se encontravam concluídas, nos seus traços essenciais, cerca de 1890 – para assegurar o interesse e o empenho por parte dos seus conterrâneos.

Situação comparável verificou-se nos finais do século XIX em outras localidades: é o caso da Figueira da Foz, por via da iniciativa do prestigiado figueirense António dos Santos Rocha, e de Guimarães, em resultado da iniciativa de Francisco Martins Sarmento, membro da elite local, para só citar os dois exemplos mais conhecidos e de maior visibilidade e sucesso.

É de notar, antes de mais, que, apesar de os Estatutos se encontrarem redigidos de forma cuidada, objectiva e concisa, a assinatura de Manuel Vieira Natividade não consta de entre as presentes. No entanto, a existência do documento só se pode explicar como resultado da sua intervenção directa, sugerindo minuta que ainda se não encontrava redigida na sua forma final, cuja aprovação deveria ser feita aquando da realização da primeira Assembleia Geral da Sociedade. Aliás, existem indícios objectivos no sentido de se tratar de texto provisório: o caso mais evidente é a rasura de todo o Art. 11.º, sem que a numeração subsequente do documento tivesse sofrido alteração.

Por outro lado, o documento, embora esteja redigido em três folhas de papel selado, não exhibe qualquer sinal ou marca susceptível de confirmar o seu registo notarial, pelo que nunca conheceu, sob a presente forma, valor legal.

Em abono da perspectiva destes Estatutos constituírem apenas um projecto de intenções, mais do que a institucionalização de uma situação amadurecida e já existente, é a menção recorrente à existência de um Museu, que seria o ponto fulcral da vida da Sociedade e o seu principal património, admitindo-se até que fosse a própria Câmara

Municipal de Alcobça a providenciar a sua instalação, embora a propriedade das colecções fosse mantida pela Sociedade.

Um aspecto que não se encontra contemplado nos Estatutos é o destino a dar aos bens da Sociedade aquando da sua eventual dissolução: tal facto sugere que, no espírito de quem os elaborou, essa situação estaria clara, pois todo o acervo reunido se devia à actividade de Manuel Vieira Natividade, a quem foram oferecidos todos os exemplares do acervo que não resultaram das suas próprias colheitas, pelo que efectivamente lhe pertenciam.

Com efeito, o que transparece da leitura dos primeiros artigos dos Estatutos, relativos aos fins da Sociedade, é a formalização de uma realidade que, de facto, já existia na prática, com o reforço da capacidade de intervenção no tocante à aquisição de terrenos, preservação de vestígios e exposição pública dos mesmos, que para tanto não chegavam os recursos económicos do principal animador da Sociedade. Deste modo, com o envolvimento das personalidades mais relevantes da sociedade alcobacense do final do século XIX, seria possível obter os fundos indispensáveis à satisfação daquelas finalidades.

Tal qual o verificado em outros casos já estudados, como o da *Sociedade Arqueológica Lusitana*, primeira sociedade arqueológica fundada no nosso País, na cidade de Setúbal, com a finalidade de promover as explorações das ruínas de Tróia (CARDOSO, 2018), verificou-se que o empenho dos conterrâneos de Vieira Natividade não terá sido suficiente para o sustento financeiro da futura Sociedade, não se conhecendo qualquer iniciativa que possa ser-lhe atribuída.

Assim, parece que a falta de disponibilidade financeira para assegurar os gastos efectivos que os próprios objectivos da Sociedade exigiam esteve na origem do seu insucesso.

O escasso número de potenciais associados, conforme transparece das assinaturas apostas ao documento, parece ter contribuído para as dificuldades sentidas desde o primeiro momento, estando por provar o genuíno interesse dos mesmos na existência da Sociedade, desde que a mesma obrigasse a despesas pagas do seu bolso.

Neste aspecto, deve notar-se que, sendo evidentes as necessidades financeiras requeridas para o funcionamento da Sociedade, a existência de quotas apenas se colocou de forma hipotética nos Estatutos, que se limitaram a prever em que condições concretas tal se justificaria (Artigo 18.º).

No tocante à natureza dos subscritores – embora existam dois nomes com assinaturas ilegíveis –, verifica-se que, dos restantes, nenhum corresponde aos amigos mais próximos, dos que ajudaram directamente Vieira Natividade nas prospecções ou escavações arqueológicas então efectuadas, cujos nomes foram por ele próprio registados, em preito de agradecimento (NATIVIDADE, 1901).

Entre todos, destacou o nome de Raymundo Ferreiro, “sendo este o mais decidido e entusiasta companheiro de trabalho, e com certeza um dos mais dedicados directores dos trabalhos de exploração e de reconhecimento” (NATIVIDADE, 1901: 17-18).

Tal ausência dos colaboradores de Vieira Natividade do conjunto dos subscritores do documento em análise – ainda que alguns fossem familiares próximos, como indicam certos apelidos: Dr. José Baptista Zagallo e José Coelho da Silva, entre os colaboradores mais próximos, e Francisco Baptista Zagallo e António Coelho da Silva entre os subscritores dos Estatutos –, mais reforça a ideia de que estas últimas personalidades pouco teriam a ver com as actividades arqueológicas de Vieira Natividade, sendo essencialmente membros da burguesia urbana alcobacense; assim sendo, a razão principal para aderirem a esta iniciativa resultaria mais do prestígio que poderia advir da mesma, do que do interesse genuíno pela investigação arqueológica.

2.2. A CORRESPONDÊNCIA ENVIADA A JOSÉ LEITE DE VASCONCELOS

A compreensão da visibilidade e da efectiva importância que a actividade arqueológica de Manuel Vieira Natividade atingiu junto da sociedade alcobacense do seu tempo não pôde ser devidamente aferida, pelas razões acima expostas. No entanto, a correspondência remetida a José Leite de Vasconcelos, abrangendo um assinalável intervalo de tempo, constitui reflexo fiel dessa mesma actividade, dada a diversidade das questões tratadas, fornecendo igualmente interessantes pistas para aferir o desenvolvimento das mesmas e a forma como foram acompanhadas pelos dois correspondentes.

Deste modo, a documentação epistolar agora analisada pela primeira vez revelou-se útil, não só para a caracterização da trajectória científica do nosso homenageado no domínio da Arqueologia no decurso do tempo, mas também para melhor enquadrar os antecedentes imediatos da *Sociedade Archeologica Alcobacense*. Note-se, contudo, que não existe qualquer missiva datada do ano de 1889, a que respeita a redacção dos respectivos Estatutos.

Tem interesse relembrar a forma como decorreu o primeiro encontro entre os dois, descrito por Afonso do Paço (PAÇO, 1962: nota 20): “Acerca de pedras de raio, seja-nos permitido relatar o primeiro encontro de M. Vieira Natividade com o Dr. J. Leite de Vasconcelos: No seu deambular pelo País, em recolha de antiguidades para o Museu Etnológico, foi um dia José Leite parar a Alcobaca, e perguntou ao velho sacristão e cicerone do Mosteiro - Se sabia de alguém que tivesse pedras de raio. O nosso sacristão puxando pela memória disse: - Só se for ali o Sr. Natividade. - Onde mora esse senhor? - Ali em frente. Ambos atravessaram pressurosos o parque fronteiriço ao Mosteiro, tal era a pressa de Leite de Vasconcelos em recolher novas peças para o seu museu. Chegadas à farmácia onde pontificava M. Vieira Natividade, e indicada a pessoa em questão, logo Leite de Vasconcelos inquiriu: - O senhor tem pedras de raio? - Tenho algumas. // E como as arranja? M. Vieira Natividade, um tanto trocista, cofiando a barbinha, disse para o seu interlocutor, também de barbas: - Quando está para trovejar, subo à torre do Mosteiro e reparo onde elas caem. Depois vou lá buscá-las. - Bem, bem, falemos a sério, atalhou

o director do Museu de Belém, e os dois homens entenderam-se. M. Vieira Natividade mostrou-lhe a sua colecção, que encantou o visitante. Permaneceram amigos até que mais tarde, Leite de Vasconcelos, manifestou desejo de que todo o rico espólio fosse para o seu museu, chegando mesmo a ameaçar que o viria buscar com a força armada. Então é que trovejou a sério. M. Vieira Natividade irou-se, e disse tais coisas a Leite, que este caiu desmaiado sobre uma cadeira. Não cortaram relações, mas estas esfriaram muito.”

O conjunto epistolar é constituído por 34 documentos autógrafos, consultados a partir do arquivo histórico digital acessível através do Serviço de documentação do portal do Museu Nacional de Arqueologia (Fig. 5).

Onze daqueles documentos não se encontram datados; os restantes estão datados pelo próprio, ou com base no carimbo do correio de 1892 (três exemplares); 1894 (outros três); 1895 (um ex.); 1896 (um ex.); 1897 (dois ex.); 1898 (um ex.); 1902 (cinco ex.); 1903 (dois ex.); 1904 (um ex.); 1906 (um ex.); 1908 (um ex.); 1910 (um ex.);

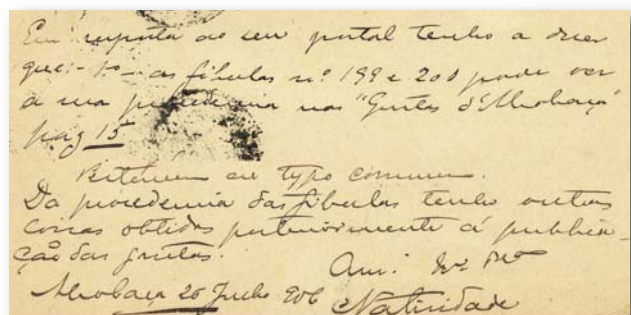


FIG. 5 – Extractos de algumas das missivas autógrafas endereçadas por Manuel Vieira Natividade a José Leite de Vasconcelos / José Leite de Vasconcelos / Museu Nacional de Arqueologia).

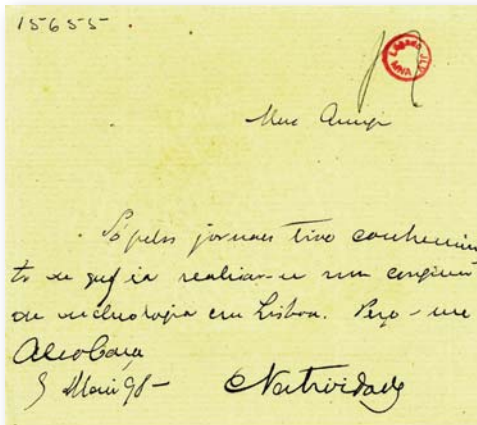
15666_2



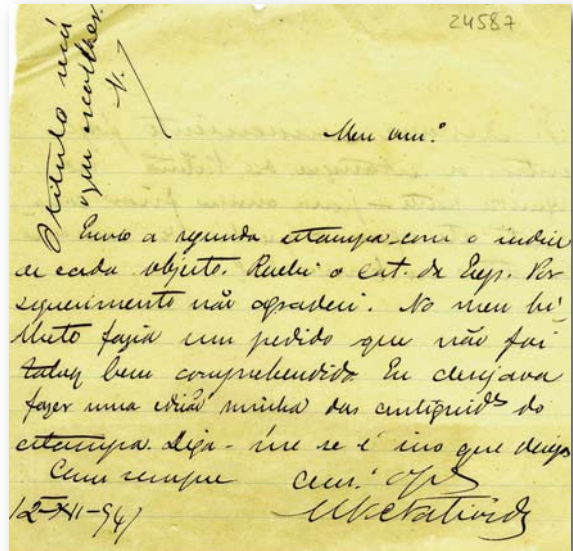
15665_1



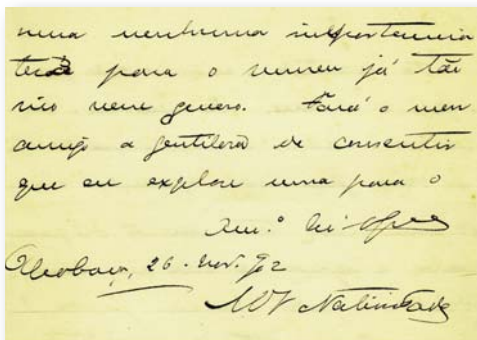
15664_2



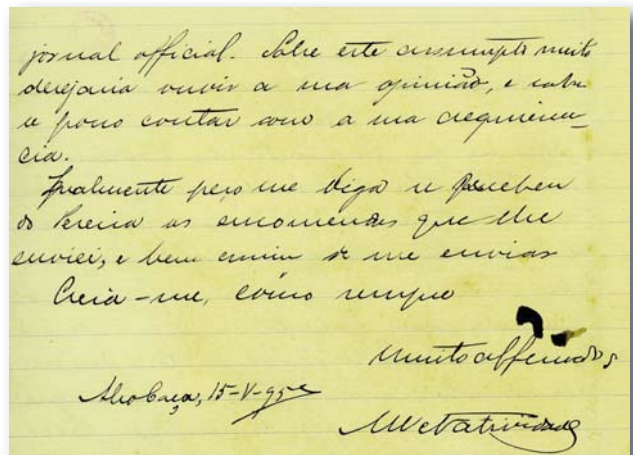
15665



24587

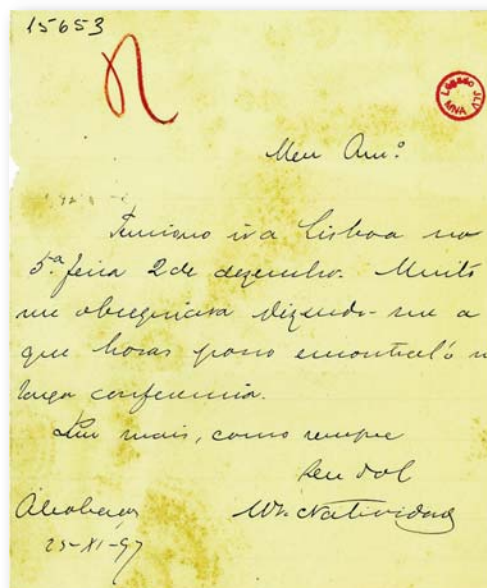


15649_1



15651_1

FIG. 5 – Extractos de algumas das missivas autógrafas endereçadas por Manuel Vieira Natividade a José Leite de Vasconcelos (Epistolário de José Leite de Vasconcelos / Museu Nacional de Arqueologia).



15653

1913 (um ex.); 1914 (um ex.). O ano de 1902 é o que integra o maior número de missivas, facto que resulta de corresponder ao achado e posterior remoção para Lisboa do mosaico romano de Cós. O principal tema tratado na correspondência de M. Vieira Natividade para J. Leite de Vasconcelos diz respeito à existência de estações arqueológicas na região do concelho de Alcobça, na perspectiva da sua exploração e recolha de espólios (cartas n.º 1, 2, 6 e 13), tendo em vista, nalguns casos, o estudo e publicação. Em algumas das suas missivas, evidencia-se a ambição de Manuel Vieira Natividade em organizar colecções de objectos de vários períodos ante-históricos e históricos, principalmente referentes ao Neolítico, Idade do Bronze, Idade do Ferro e Período Romano oriundos do concelho de Alcobça, na perspectiva da constituição do seu almejado Museu. Avultam as importantes escavações realizadas nas grutas naturais do vale do Carvalhal de Aljubarrota, região que o autor descreve impressivamente do seguinte modo: “No Carvalhal de Aljubarrota assentou uma riquíssima povoação neolítica; e tão grande que numa facha de terreno de curtíssima extensão foram exploradas vinte grutas, além de outras que estão por explorar, e, com certeza, muitas que estão por descobrir” (NATIVIDADE, 1901: 10).

Na verdade, bastariam os trabalhos ali efectuados e a notável publicação a que deram origem, pela profundidade da análise efectuada e a verdadeira abordagem multidisciplinar adoptada, desde a Botânica à Geologia e à Etnografia, passando pela informação colhida das tradições populares locais, numa perspectiva etnoarqueológica, para situar Manuel Vieira Natividade entre um dos mais esclarecidos e inovado-

res arqueólogos portugueses dos finais do século XIX e início do século XX.

As diversas referências a objectos arqueológicos, como os de Época Romana que foram por si publicados no único artigo que veio a lume em *O Arqueólogo Português*, logo no seu primeiro número (NATIVIDADE, 1895), constam da carta não datada n.º 15639 e sugerem que outros artigos teria em preparação para publicação nas páginas da mesma revista.

Com efeito, a notícia respeitante à publicação dos objectos obtidos nas grutas do Carvalhal consta da carta n.º 15646, infelizmente não datada: “Recebi a sua carta. Não me parece que o artigo veio completo visto que caberiam alguns desenhos a que nele se referia. // Não sei como agora se há-de dispor para ser completamente compreendido. // Além d’isso parte dos desenhos estão na serie de estampas que lhe enviei. Para organizar o relatório das grutas precisava das estampas que foram ultimamente, sem o que nada se pode fazer. Acho que só assim ficará bem. Tenho mais o desenho da conta de quartzo para juntar a esse e vou depois de escripto o relatório enviar-lhe os restos de cerâmica para serem photographados e gravados depois. // O que peço agora é que me envie os desenhos para quanto antes completar o relatório. // Tenho muito que enviar. // O que peço é que não demore os desenhos que enviei – referido, é claro, a arch. preh. (neolit.)”

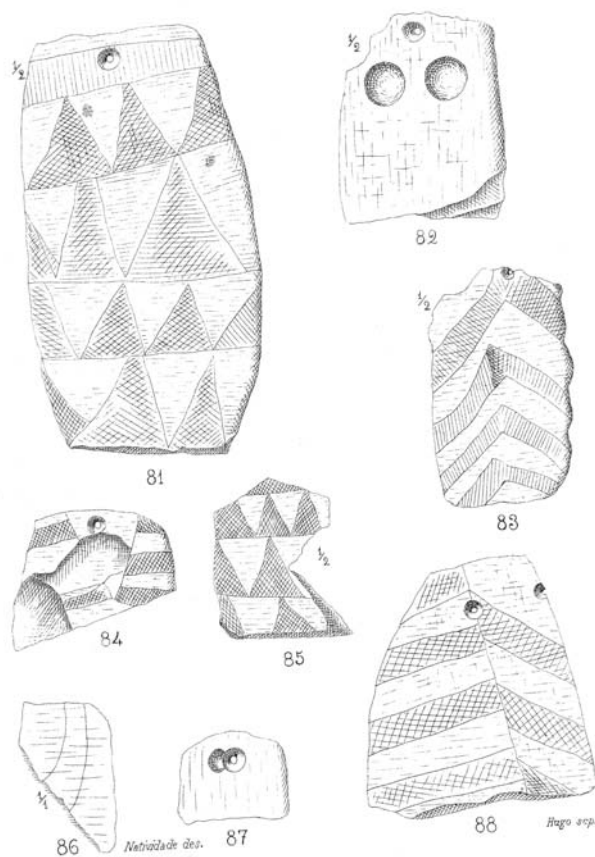


Esta missiva foi acompanhada de um folha de papel lisa onde se encontram desenhados por Vieira Natividade alguns espólios pré-históricos das grutas do Carvalhal que pretendia publicar na referida revista (Fig. 6).

Tem interesse referir que esta estampa é mencionada no bilhete-postal n.º 15648, com carimbo de Lisboa, de 9 de Junho de 1892, nos seguintes termos: “Exceptuando (desenho de uma placa de xisto decorada com triângulos) todas as restantes foram achadas n’uma gruta e conjuntamente alguns objectos de metal (bronze) – A placa que representa coruja ou mocho tem buracos ou impressão coincidindo com os olhos – (desenho esquemático) – 1 orifício // Todas representam aproximadamente 2/3 exceptuando a completa (desenho esquemático) que vai em 1/2”.

FIG. 6 – Em baixo, à esquerda, desenhos remetidos por Manuel Vieira Natividade a José Leite de Vasconcelos em anexo à carta autógrafa n.º 15646, não datada, destinados a ilustrar artigo que pretendia publicar em *O Arqueólogo Português* (Epistolário de José Leite de Vasconcelos / Museu Nacional de Arqueologia).

À direita, gravura reproduzindo algumas das peças anteriores, integrada no artigo publicado na revista *Portugalia* (NATIVIDADE, 1899-1901).



Assim, verifica-se que a iconografia da coruja, muito discutida nos finais do século XX (GIMBUTAS, 1989: 54 e seg.; LILLIOS, 2008: 124 e seg.), fora já admitida de forma pioneira para a época pelo arqueólogo alcobacense.

No entanto, note-se que a menção à representação da coruja na placa mais conhecida da colecção fora já expressa com anterioridade por Nery DELGADO (1891), pelo que, não existindo formalmente dúvidas sobre a prioridade desta afirmação, permanece contudo a possibilidade de a mesma ter sido primeiramente enunciada pelo arqueólogo alcobacense.

Em carta não datada n.º 15 647, admitia ainda a publicação deste artigo nas páginas de *O Arqueólogo* nos seguintes termos: “*Brevemente lhe mando o relatório dos meus trabalhos nas grutas p.ª o «Arch». Diga-me se o quer p.ª lá, e nesta hypothese n’elle poderá caber n’um só numero do «Arch».*”

Também na carta manuscrita n.º 15 651, datada de 15 de Maio de 1895, declarava, a propósito do estado de andamento do artigo: “*Escrevi-lhe hontem á pressa, a partir do correio e talvez não fosse tão claro como desejava na m.ª carta. // Dizia eu que brevemente lhe enviaria o relatório sobre os trabalhos de exploração das ref. grutas e pedia-lhe para ver se este podia sahir em um ou dois números do «Arch.» mas estando promptas as gravuras que lhe dizem respeito para que o trabalho saia completo.*”

Contudo, tal artigo acabou por não ser publicado em *O Arqueólogo Português*, mas sim na revista *Portvgalia*, com aparato gráfico muito superior, e onde a referida estampa foi publicada, depois de reformada, incluindo outros objectos.

Esta situação, motivada provavelmente pelo desinteresse de Leite de Vasconcelos em publicar tão extenso artigo nas páginas da revista que dirigia, não terá causado dificuldades no relacionamento entre os dois arqueólogos, como se comprova pela correspondência cordialmente mantida ao longo dos anos.

No entanto, ainda em 1900, na carta não datada n.º 15 642, refere-se a outro artigo em vias de ser publicado no volume 5 de *O Arqueólogo Português*, o qual respeitava também a espólios arqueológicos alcobacenses: “*Reconsiderando agora no meu trabalho sobre a arch. de Alc. acho mais correcto para si e para mim não publicar as gravuras que abi tem senão adicionadas de nota explicativa dos lugares em que foram achados. Para isso talvez fosse conveniente reservar para o numero 5 do Arch. o começo deste trabalho // Abro este com uma nota referindo ás diferentes freguezias do Conc. d’Alcoçaba, e portanto ás gravuras e objectos que tem em seu poder. Entretanto vou eu dispondo as coisas para ver se consigo obter a impressão que desejo de alguns exemplares p.ª mim. Brevemente lhe envio a parte que diz respeito a essas gravuras, e bem assim a ordem dos desenhos, e outros para completar a noticia.*”

Estranhamente, este artigo respeitante a antiguidades romanas, que daria sequência ao por si publicado nas páginas da mesma revista em

1894, não foi assinado por Manuel Vieira Natividade, mas sim por José Leite de Vasconcelos, com a seguinte justificação: “*O Sr. Natividade tinha-me prometido enviar-me a descrição circunstanciada de todos estes objectos; mas, como certamente as suas occupaões lhe não tem permitido fazê-lo, e como se torna necessário aproveitar n-O Archeologo as gravuras já feitas, resolvi-me eu a redigir essas curtas notas, o que de antemão communiquei em carta particular ao mesmo Sr.*” (VASCONCELOS, 1900: 81).

As gravuras das peças romanas nele reproduzidas foram feitas a partir das fotografias executadas no Museu de Belém dos originais remetidos a Leite de Vasconcelos pelo correio, tendo sido acompanhadas de curtos comentários do director da Revista que lhe foram transmitidos pelo ilustre alcobacense.

Entre as peças então publicadas, destaca-se uma pequena estatueta de bronze da deusa Victoria (Fig. 7), recolhida numa estação situada a poente do vale do Carvalhal, a que Manuel Vieira Natividade deu grande importância, reproduzindo-a em segunda mão, já depois de Leite de Vasconcelos o ter feito, com base em gravura executada a partir de foto (NATIVIDADE, 1901: Est. XXII, n.ºs 228, 229). A mesma foi descrita por Vieira Natividade nos seguintes termos: “*O mais precioso objecto achado por este meu benemerito colaborador [José Ferreira] foi uma estatueta delicadíssima da Victoria, a tentadora deusa da mythologia romana*” (NATIVIDADE, 1901: 15).

Afigura-se pouco aceitável que Leite de Vasconcelos não tenha, pelo menos, associado o nome de Vieira Natividade como co-autor, ou mesmo atribuindo-lhe a autoria única do artigo, dado que todos os elementos publicados se deviam exclusivamente às informações que lhe foram transmitidas pelo arqueólogo de Alcoçaba.

Mesmo a razão invocada, de este se ter atrasado no envio dos elementos necessários à sua preparação, parece contrariada pela carta manuscrita n.º 15652, datada de 19 de Março de 1896, quatro anos antes da publicação desta peça por Leite de Vasconcelos, na qual já Vieira Natividade se referia à publicação da estatueta de Victoria nos seguintes termos: “*Tenho gostado do «Arch», e creio preencher o fim. Pena é que as gravuras não sejam mais numerosas. Tenho esperado a Victoria e não sei porque não tem sabido.*”

Assim, a opção tomada por Leite de Vasconcelos, constituindo-se em único autor deste artigo, não parece sequer ter explicação no facto da revista ter como objectivo essencial a publicação imediata de todas as informações importantes; embora tal acção se tenha revelado meritória, salvando informações que de outra forma se perderiam e que no futuro poderiam ser melhor aproveitadas, no presente caso tal preocupação não se aplica, uma vez que o artigo poderia ter sido concluído cerca de quatro anos antes.

Ainda que a avaliação da ética relativa a tal tipo de situações não possa ser aferida pelas práticas da actualidade, no caso presente, a relação desigual estabelecida entre ambos pode explicar esta e outras situações evi-

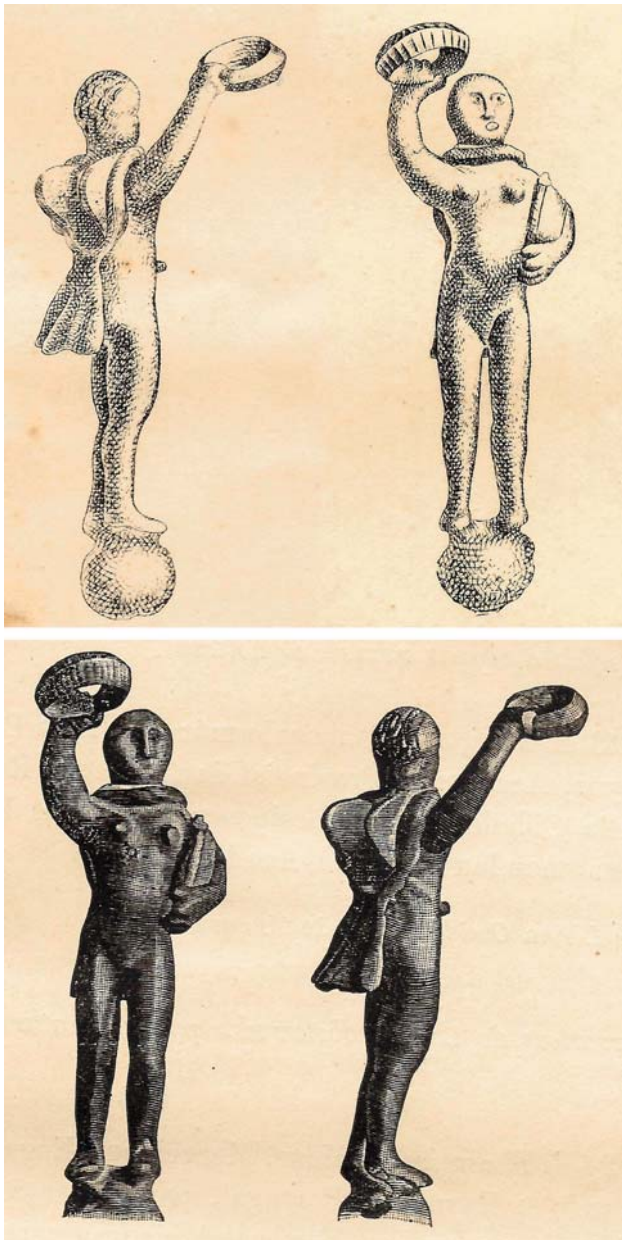


Fig. 7 – Estatueta romana de bronze reproduzindo *Victoria* oferecida a Manuel Vieira Natividade, que a tinha em muita estima.

Em cima, segundo NATVIDADE, 1899-1901: Est. 22, n.º 228 e 229; em baixo, segundo VASCONCELOS, 1900: fig. 5).

denciadas na correspondência, que terão conduzido à crescente desilusão de Natividade no seu correspondente lisboeta, apesar de nunca com ele ter interrompido a correspondência.

Na carta manuscrita n.º 15 649, datada de 26 de Novembro de 1902, referindo-se ao copioso conjunto de vasos recolhidos para o Museu pelos colectores-preparadores Carvalhaes e Campos (Almeida Carvalhaes e Manuel Joaquim de Campos) na necrópole romana de Arcos (emendada para Marco, por Leite de Vasconcelos, a lápis azul), toma Vieira Natividade a iniciativa de lhe pedir o espólio de uma dessas sepulturas, no que não foi atendido pelo destinatário do pedido, que após a palavra, escrita a azul: “Espera!”

No entanto, no bilhete-postal n.º 15658, com carimbo de Alcobça de 1 de Novembro do mesmo ano, agradece a oferta, por intermédio de Carvalhaes, de uma lucerna cuja origem não é indicada.

Com a quantidade de informações que Vieira Natividade remetia a

Leite de Vasconcelos, consolidou-se o estatuto de informador útil e especializado, disposto a servir os interesses do Director do Museu e a coadjuvá-lo na missão de recolha de antiguidades no aro de Alcobça, missão que procurava compaginar com o interesse do primeiro em engrandecer o seu próprio Museu. No entanto, as intervenções de campo especializadas de Carvalhaes para a recolha do mosaico da Póvoa de Cós, transportado para Lisboa, foram apoiadas pelo primeiro (ver, por exemplo, carta manuscrita n.º 15663, de 10 de Novembro de 1904). Esta carta tem o interesse de dar indicação da data do final dos trabalhos relacionados com o levantamento do mosaico de Cós e o seu transporte para Lisboa.

Outra das preocupações de Manuel Vieira Natividade era a de tornar a Arqueologia objecto de discussão pública pelos intervenientes mais preparados. Na carta manuscrita n.º 15643, não datada, propõe a iniciativa de organizar reuniões públicas em que participassem os arqueólogos portugueses: “Ocorreu-me uma ideia a propósito da Arqueologia Nacional, e que muito pode concorrer para o seu desenvolvimento. Criar-mos em Lisboa reuniões de archeologos, amadores, uma especie de congresso pura e exclusivamente nacional. Que diz? Isto seria um grande estimulo. Pense e se a ideia for aproveitável ponha-a em publico”.

Esta preocupação pela afirmação da Arqueologia na Sociedade do seu tempo é compaginável com o movimento de criação em Alcobça de uma Sociedade Arqueológica. Com este objectivo prende-se um outro, igualmente abordado na correspondência e previsto nos Estatutos da Sociedade: o desejo de organizar um museu regional e uma monografia / catálogo de edição própria sobre as antiguidades do concelho de Alcobça. Esta intenção não deixa, contudo, de o manter atento à realidade e às limitações de actuação de que dispunha: um dos exemplos mais evidentes corresponde ao posicionamento que teve aquando do levantamento do mosaico de Cós e da sua vinda para Lisboa. Para executar tal tarefa, enviou Leite de Vasconcelos a Alcobça Almeida Carvalhaes, já acima referido, que efectuou o trabalho em 1902, tendo produzido relatório utilizado muitos anos depois, aquando do estudo detalhado do mosaico (MOITA, 1951: 147, nota 10).

Os desenvolvimentos desta situação são relatados em quatro missivas: – O bilhete-postal n.º 15659, com carimbo de Alcobça de 30 de Junho de 1902, refere: “O mosaico perde-se se pouco tempo se não o manda desenhar”;

– No bilhete-postal n.º 15657, com carimbo de Alcobaça de 1 de Julho de 1902, declara: “Acho inútil e até perigoso cobrir o mosaico. Os cubos teem-se desagregado extraordinariamente e so pequenos bocados se podem salvar urgente é mandal’o desenhar”;

– Finalmente, na carta n.º 15649, de 26 de Novembro de 1902 declara: “Está levantado o mosaico pelo que o felcito deveras”, constituindo o epílogo da iniciativa de Leite de Vasconcelos, na qual não se vislumbra, pelo contrário, qualquer acrimónia por parte de Manuel Vieira Natividade, o que se fica certamente a dever à sua índole sociável;

– Na carta n.º 15663, datada de 10 de Setembro de 1904, declara: “Meu amigo // Acuso a recepção de um vale do correio na importância de 3750 para completa liquidação da custa do Carvalhaes. // Soube – por acaso – que tinham já transportado o resto dos mosaicos, e soube-o pelo reformado (?) que aqui me procurou um dia. // Creio ter descoberto o local em que appareceu o bello tumulo romano que está no Carmo e das Lapidés que foram achadas perto deste, uma das quaes está no mesmo museu. Vou breve fazer um reconhecimento in loco a ver o que dá. // Obtive há pouco um machado de cobre, sobre todos os pontos de vista interessante. Envio deste o contorno ao lado. Se tiver no museu alguma coisa no genero era favor dizer-m’o”.

Pode concluir-se que, apesar de Leite de Vasconcelos continuar a fazer transportar para Lisboa fragmentos do mosaico alcobacense, sem sequer informar o principal interessado em tais descobertas, ainda assim, este não se mostrava desagradado, antes procurando manter a boa convivência científica com quem objectivamente o menorizava. Importa ter presente a história do mosaico de Cós, ou da Póvoa de Cós, e a sua efectiva importância, aspecto que, contudo, já não se enquadra no presente estudo.

O primeiro a dele dar público conhecimento foi José Leite de Vasconcelos, com base em informação de Manuel Vieira Natividade (recebida do Prior do Valado, Poças Júnior, segundo MOITA, 1951: 143), que lha comunicou por telegrama de 24 de Abril de 1902, do seguinte teor: “Venha já. Mosaico romano risco perder-se. Urgente” (VASCONCELOS, 1903: 146). Este telegrama motivou a deslocação ao local, no dia 29 do mesmo mês, do Director do Museu de Belém, e, tendo logo reconhecido o seu interesse arqueológico, considerou que deveriam ser tomadas as seguintes medidas: 1) classificação do mosaico como Monumento Nacional; 2) expropriação do terreno respectivo por utilidade pública; 3) construção de um edificio susceptível de proteger o mosaico, indo ao ponto de propor que a chave do mesmo fosse entregue às autoridades paroquiais da localidade. Tudo isto sem sequer conhecer a totalidade da peça musiva, pois a mesma estava ainda em boa parte coberta pela terra, embora na ocasião possa ter sido feito um

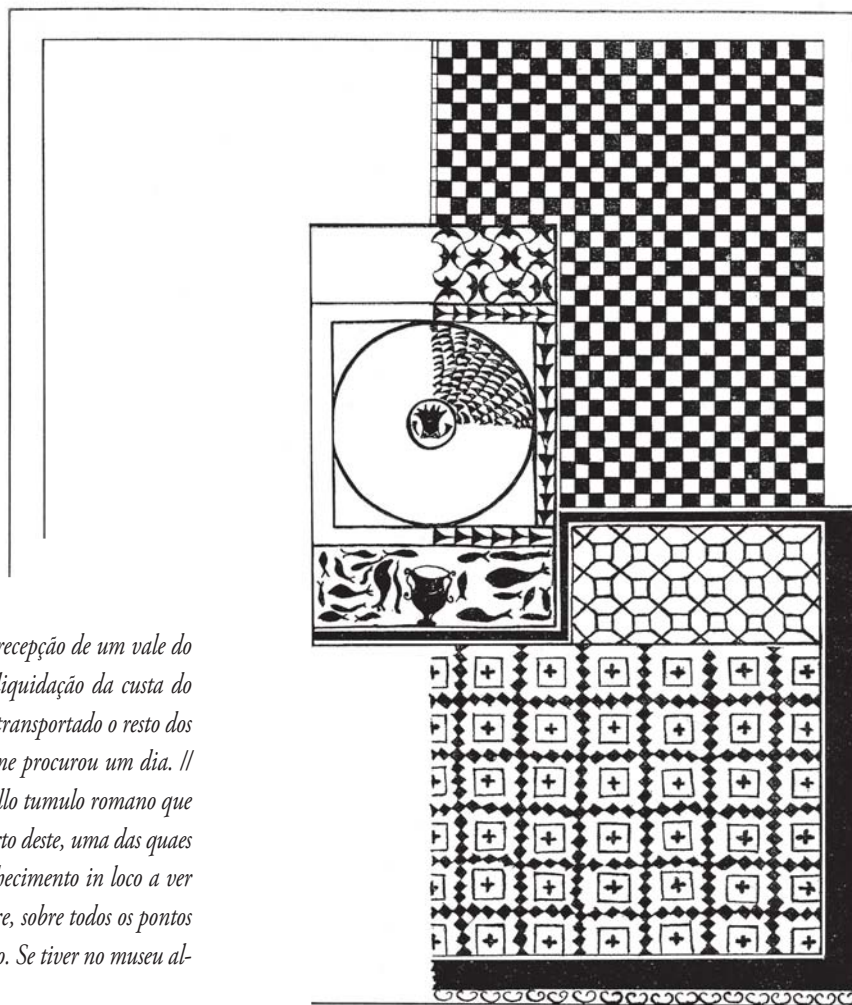


FIG. 8 – Mosaico de Cós, ensaio de reconstituição (segundo MOITA, 1951: fig. 1).

esboço da parte a descoberto, só publicado em 1951 (MOITA, 1951: fig. 1) (Fig. 8). Este esboço deve, contudo, pelos pormenores que apresenta, ter sido realizado por Almeida Carvalhaes aquando do restauro da peça, ou no decurso da sua instalação no Museu de Belém.

Claro que nenhuma das medidas propostas por Leite de Vasconcelos teve seguimento, pelo que, dada a impossibilidade de conservar *in loco* o mosaico, ou da sua conservação em Alcobaça, o que obrigava a mobilização, por parte de Manuel Vieira Natividade, de meios técnicos e logísticos de que não dispunha, por iniciativa de Leite de Vasconcelos, com a manifesta concordância daquele, como acima se verificou, o mosaico foi transportado para o Museu de Belém, tendo a sua extracção sido da responsabilidade dos dois funcionários do Museu já referidos.

Missiva de 1904 de Vieira Natividade confirma que ainda nesse ano existiam fragmentos do mosaico em Alcobaça, aguardando o seu transporte para Lisboa. Tem também interesse verificar que a primeira notícia acerca do mosaico, publicada em 1903, teve continuidade apenas em 1913, quando o mesmo autor reproduziu o seu motivo central, desenhado por Guilherme Gameiro, desenhador do Museu (Fig. 9)

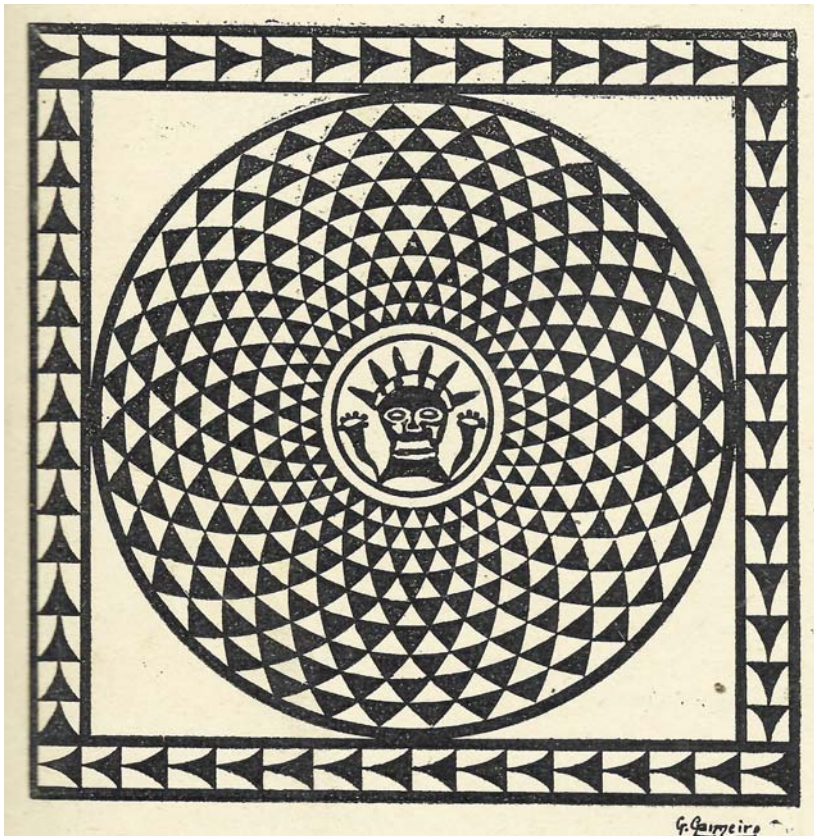


FIG. 9 – Mosaico de Cós, pormenor do motivo central (segundo VASCONCELOS, 1913: fig. 72).

FIG. 10 – Capa da separata dedicada às grutas de Alcobaça, executada em 1901 a partir do artigo publicado na revista *Portugalia*, ilustrada por aguarela da autoria de Manuel Vieira Natividade.



(VASCONCELOS, 1913: 177). O mosaico encontrava-se então já a salvo no Museu de Belém, depois de frustradas as tentativas anteriores, incluindo a compra do mesmo por parte de Vieira Natividade, dada a soma exorbitante que lhe foi pedida pelo proprietário (MOITA, 1951: 144). A referida autora transcreve carta de Vieira Natividade, datada de 2 de Junho de 1902, que não figura hoje entre o espólio digitalizado, alertando para o estado de crescente degradação do mosaico (MOITA, 1951), questão que muito o preocupava, pois volta a insistir a 30 de Junho e a 1 de Julho do mesmo ano, em missivas que foram parcialmente acima transcritas.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a sua participação na identificação, remoção e protecção do mosaico de Cós, encerrou Manuel Vieira Natividade, em 1902, a actualização no campo da Arqueologia alcobacense, depois de ter elevado o conhecimento da mesma a um alto patamar, com a publicação da sua notável obra dedicada às grutas de Alcobaça, publicada na revista *Portugalia* (NATIVIDADE, 1899-1901), de que fez separata dedicada a seus filhos (NATIVIDADE, 1901), ilustrada com capa de sua autoria (Fig. 10), depois de a publicação deste mesmo trabalho não ter tido seguimento em *O Arqueólogo Português*.

No balanço das actividades desenvolvidas, evidencia-se o empenho do arqueólogo alcobacense em tornar visíveis e úteis à comunidade os resultados das suas investigações no campo da Arqueologia. Assim se

compreende a iniciativa gorada da constituição de uma Sociedade Arqueológica em Alcobaça, estreitamente associada à criação de um Museu a ela pertencente mas de natureza municipal, o qual não teve igualmente sucesso até aos dias de hoje.

Apesar disso, Afonso do Paço, que mais tarde trabalhou na casa que fora de Manuel Vieira Natividade, onde o próprio instalara o seu Museu, não deixou de o designar como “Museu Manuel Vieira Natividade”. Este ilustre arqueólogo, sob o título *Grutas de Alcobaça. Aditamento*, no que constituía já uma homenagem ao seu antecessor, publicou interessantes novidades sobre alguns dos espólios pré-históricos recuperados por Manuel Vieira Natividade, destacando-se a notícia sobre espólios campaniformes, a apresentação das análises às ligas metálicas das peças pré-históricas da colecção, e a apresentação dos resultados sobre as espécies botânicas nela presentes (PAÇO, 1967). O Estado só tardiamente, através da Secretaria de Estado da Cultura, promoveu a publicação de estudo muito preliminar dos espólios pré-históricos pertencentes ao acervo Natividade, o qual pouco acrescenta ao que já era conhecido (GONÇALVES, 1978). Tal estudo, até à data, não teve o necessário seguimento, apesar de algumas das peças mais relevantes, destacando-se a célebre alabarda da gruta das Redondas, serem recorrentemente estudadas e reproduzidas em trabalhos de diversa natureza. A preocupação de Vieira Natividade em promover a divulgação da Arqueologia pela Sociedade do seu tempo, além do projecto de criação da Sociedade Arqueológica Alcobacense, que não passou disso mes-

mo, evidencia-se na proposta por ele apresentada a Leite de Vasconcelos para que se organizassem em Lisboa reuniões exclusivamente a ela dedicadas (carta n.º 15643, acima parcialmente transcrita). A mesma preocupação esteve também presente no seu espírito quando sugeriu ao director do Museu de Belém a constituição de uma secção em *O Arqueólogo Português* destinada à publicação de notícias sobre o manancial arqueológico alcobacense, alvitre que, tal como o anterior, não teve qualquer acolhimento por parte do seu destinatário, como seria de esperar: “Como Alcobaca é excepcional pergunto se poderia crear-se no jornal secção especial p.^a ella. Espero resposta para mandar texto. Diga se gosta dos desenhos. São fieis, pode ter confiança nelles. Espero resposta” (bilhete-postal n.º 24588, com data do correio de Alcobaca de 14 de Dezembro de 1894).

Na verdade, o interesse de Natividade dar público conhecimento das suas investigações através de artigos por si publicados na revista *O Arqueólogo Português*, dirigida por Leite de Vasconcelos, conheceu dificuldades, a ponto de ter sido obrigado a encontrar alternativa, sem dúvida mais favorável, na revista *Portugalia* para a publicação da sua obra magistral.

A situação de desigualdade estabelecida entre ambos foi ao ponto de Leite de Vasconcelos ter assumido a autoria exclusiva de artigo no qual se limitou a compilar as fotografias fornecidas por Vieira Natividade, que mandou gravar, a par do texto explicativo que lhe foi também por aquele fornecido, com a justificação de ter esperado sem resultado pelo contributo deste último, quando é certo que tinha já esses elementos há já cerca de quatro anos em sua posse, com se conclui pela confrontação da correspondência.

Sendo assim, pergunta-se qual seria o interesse de Vieira Natividade em manter uma tal situação, por ele sempre assumida em tom amistoso até à última missiva enviada para Lisboa, em 1914.

A contrapartida que Leite de Vasconcelos ofereceria e que teria justificado a manutenção da relação entre ambos, consistia em Vieira Natividade ver assegurada a disponibilidade do seu interlocutor em o esclarecer sempre que necessário.

Com efeito, são frequentes ao longo da correspondência os pedidos de ajuda para o estudo da toponímia da região (carta n.º 15642) e para a leitura de inscrições de Época Romana e Medieval, tendo presente a particular competência do Director do então designado Museu Etnológico Português (cartas n.º 15658, de 1 de Novembro de 1902; bilhetes-postais n.ºs 15660, com carimbo de Alcobaca de 2 de Julho de 1902, e 16661, com carimbo de Alcobaca de 20 de Janeiro de 1903, entre outras missivas), em que aborda aspectos de natureza histórico-etnográfica.

AGRADECIMENTOS

Ao Dr. Filipe Martins, que interveio na obtenção de reprodução do original dos Estatutos da Sociedade Arqueológica Alcobacense, tendo para tal obtido a autorização da Doutora Ana Pagará, directora do Mosteiro de Alcobaca (DGPC), a quem também se agradece; à Dr.^a Isabel Costeira, Técnica Superior da DGPC em funções naquele serviço, pela ajuda providenciada para o efeito, e à Prof.^a Doutora Raquel Vilaça, Catedrática da Universidade de Coimbra, que revelou ao signatário a existência daquele documento, primeiramente accedido por um seu antigo aluno.

Ao Dr. António Carvalho, Director do Museu Nacional de Arqueologia, que autorizou o signatário a proceder a estudo baseado no conjunto de missivas de Manuel Vieira Natividade conservadas no arquivo epistolográfico de José Leite de Vasconcelos, constituindo o presente contributo uma breve síntese do trabalho mais desenvolvido que se pretende realizar, e à Dr.^a Lúcia Cristina Coito, pelos esclarecimentos prestados à consulta daquele acervo.

REFERÊNCIAS

- CARDOSO, J. L. (2018) – “Aspectos das Explorações em Tróia da Sociedade Arqueológica Lusitana com Base em Documentação Inédita”. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras: Cmo. 24: 483-502.
- DELGADO, J. F. Nery (1891) – “Notice sur les grottes de Carvalho d’Aljubarrota (Portugal)”. In *Congrès International d’Anthropologie e d’Archéologie Préhistoriques*. 10ème Session (Paris, 1899), pp. 565-568.
- DELGADO, J. F. Nery (1900-1901) – “Notice sur les grottes de Carvalho d’Aljubarrota (Portugal)”. *Comunicações da Direcção dos Serviços Geológicos de Portugal*. Lisboa. 4: 165-168.
- GIMBUTAS, M. (1989) – *The language of the Goddess*. London: Thames & Hudson.
- GONÇALVES, V. S. (1978) – *A Neolitização e o Megalitismo da Região de Alcobaca*. Lisboa: Secretaria de Estado da Cultura.
- LILLIOS, K. T. (2008) – *Heraldry for the dead*. Austin: University of Texas Press.
- MARTINHO, A. M. (2015) – *Manuel Vieira Natividade (1860-1918). Do mosteiro aos coutos de Alcobaca. Um périplo pela salvaguarda do Património Cultural*. Lisboa: Sinapis editores.
- MOITA, I. N. (1951) – “O Mosaico Luso-Romano da Póvoa de Cós”. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série II. 1: 143-149.
- NATIVIDADE, M. Vieira (1890) – *Roteiro Archeologico dos Coutos de Alcobaca*. Alcobaca: Typographia A. Coelho da Silva.
- NATIVIDADE, M. Vieira (1895) – “Alcobaca Archeologica”. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 1: 104-107.
- NATIVIDADE, M. Vieira (1899-1901) – “Grutas de Alcobaca”. *Portugalia*. Porto. 1: 433-474.
- NATIVIDADE, M. Vieira (1901) – *Grutas de Alcobaca*. Porto: Imprensa Moderna (*Portugalia*, extracto do tomo I, fascículo 3).
- NATIVIDADE, M. Vieira (1960) – *Mosteiro e coutos de Alcobaca. Alguns capitulos extraídos dos manuscritos inéditos do autor e publicados no centenário do seu nascimento*. Alcobaca: Tipografia Alcobacense.
- PAÇO, A. do (1962) – “M. Vieira Natividade e as Raízes de Alcobaca”. *Arqueologia e História*. Lisboa. Série VIII. 9: 75-100.
- PAÇO, A. do (1967) – “Grutas de Alcobaca. Aditamento”. *Zephyrus*. Salamanca. 17: 89-99.
- VASCONCELOS, J. Leite de (1900) – “Alcobaca Archeologica”. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 5: 79-81.
- VASCONCELOS, J. Leite de (1903) – “Mosaico Romano de Alcobaca”. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 7: 146-149.
- VASCONCELOS, J. Leite de (1913) – *Religiões da Lusitania*. Lisboa: Imprensa Nacional. Vol. 3.